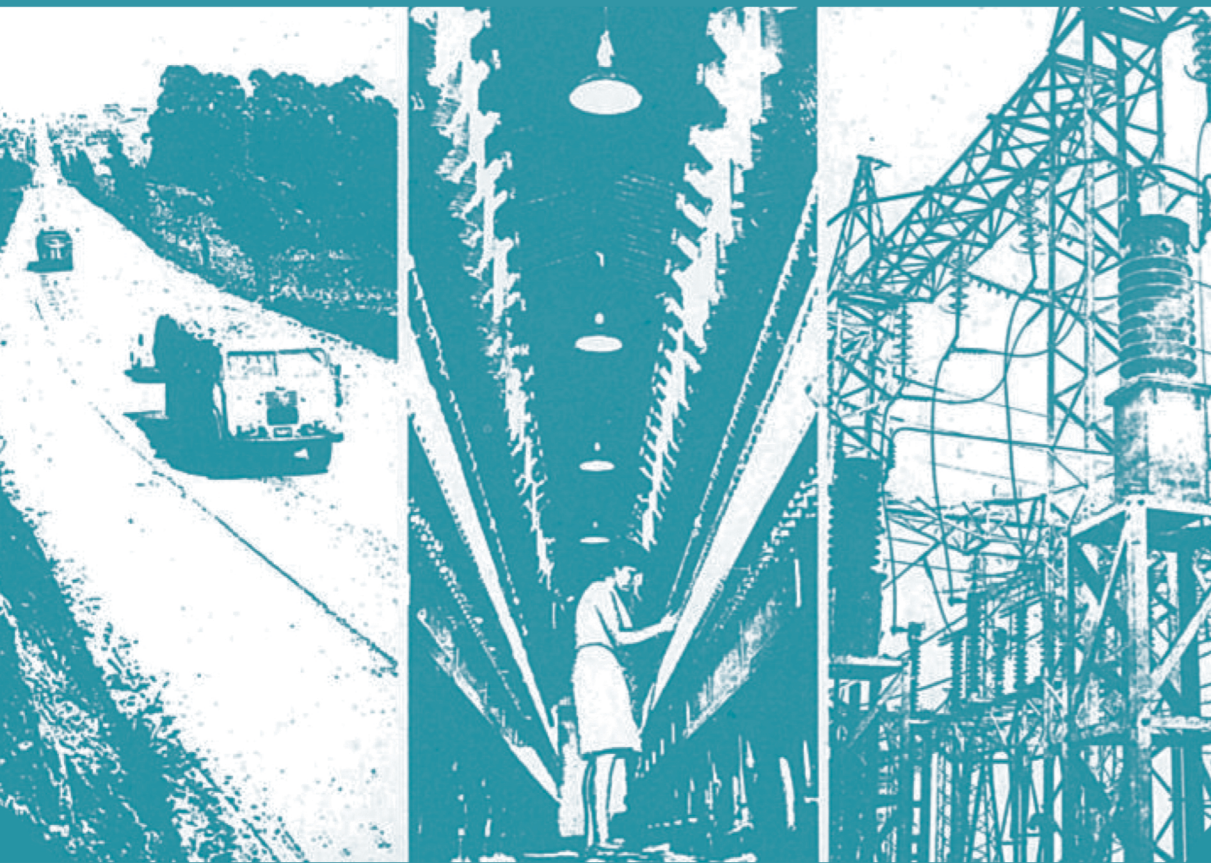


# Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista

Estudo sobre a CODEPAR

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná



Maria Helena Oliva Augusto

*Editora*  
UFPR

# Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista

Estudo sobre a CODEPAR

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná



**Reitor**

Ricardo Marcelo Fonseca

**Vice-Reitora**

Graciela Inês Bolzón de Muniz

**Pró-Reitor de Extensão e Cultura**

Leandro Franklin Gorsdorf

**Diretor da Editora UFPR**

Rodrigo Tadeu Gonçalves

**Vice-Diretor da Editora UFPR**

Alexandre Nodari

**Conselho Editorial que aprovou este livro**

Andre de Macedo Duarte

Claudio Jose Barros de Carvalho

Edmeire Cristina Pereira

Elsi do Rocio Cardoso Alano

Márcia Santos de Menezes

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt

Naotake Fukushima

Sérgio Luiz Meister Berleze

Sérgio Said Staut Junior

# Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista

Estudo sobre a CODEPAR

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná

Maria Helena Oliva Augusto

© Maria Helena Oliva Augusto

# Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista

Estudo sobre a CODEPAR

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná

**Equipe da 1ª edição em 1978**

**Editor:** Moysés Baumstein

**Coleção dirigida por:** Edimilson Antonio Bizelli

**Supervisão editorial:** Alberto Baumstein

**Capa:** Paulo Oliva Augusto

**Produção:** Helvética S/C Produções Editoriais Ltda.

**Equipe da 2ª edição: 2017**

**Coordenação editorial:** Rachel Cristina Pavim

**Atualização ortográfica:** Claudia Daniele Blum Santana e Paula Lorena Silva Melo

**Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:** Rachel Cristina Pavim

*Série Pesquisa*, n. 303

Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas.  
Biblioteca Central. Coordenação de Processos Técnicos.

---

Augusto, Maria Helena Oliva, 1944-

Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) / Maria Helena Oliva Augusto. – 1. ed. – Curitiba: Ed. UFPR, 2017. 242 p.: il., tabs. – (Pesquisa; n. 303)

ISBN 978-85-8480-074-2 (impresso)

Inclui referências

Publicado anteriormente pela Editora Símbolo, 1. ed., 1978

1. Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Paraná - Condições econômicas. I. Título. II. Série.

CDD 338.09816

---

Andrea Carolina Grohs CRB 9/1.384

ISBN 978-85-8480-075-9

Ref. 861

Direitos desta edição reservados à

**Editora UFPR**

Rua Ubaldino do Amaral, 321

80060-195 - Curitiba - Paraná - Brasil

[www.editora.ufpr.br](http://www.editora.ufpr.br)

[editora@ufpr.br](mailto:editora@ufpr.br)

**2020**

  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

# PREFÁCIO

---

## O Paraná Moderno e o Projeto Desenvolvimentista

Quando pensamos no Paraná dos anos de 1950-60, nos vem de pronto o Paranismo como movimento artístico e cultural, que serviu de orientação para a ação de intelectuais, artistas e políticos do período que se inicia no final dos anos de 1920, os quais buscavam construir uma identidade do Paranaense. Assim, muitas foram as manifestações artísticas, culturais e estéticas, além das formulações políticas, enraizadas na natureza e na tradição de um povo diverso, que pelas suas origens éticas expressou simbolicamente a construção dessa identidade.

O livro de Maria Helena Oliva Augusto não descarta esse movimento, nem o tema da identidade paranaense. Seu objeto, porém, é outro, sem negar o Movimento Paranista, seus desdobramentos e suas contribuições para marcar a especificidade de um Paraná que se quer moderno. O texto de Maria Helena toca no essencial desse desejo de modernidade expresso no Paranismo, que está para além das formas de sua expressão. Sem negar a importância dessas formas, o presente livro toma como objeto de estudo as origens do planejamento econômico, de uma proposta de desenvolvimento para o estado, sem a qual a própria identidade paranaense corre perigo. Explico: a construção de um Paraná moderno significa, nesse momento, erigir formas de pensar o estado e sua gente, que se emancipara de São Paulo há apenas um século, mas mantinha ainda estreitas ligações com aquele estado. O norte do Paraná, que nesse momento é a região mais rica do estado, mantém-se economicamente voltada para São Paulo. A presença do capital paulista na lavoura cafeeira paranaense e os modos de cultivo e produção do café, a organização da propriedade e o comércio da produção se fazem em moldes paulistas. Assim, o norte do Paraná se confunde com uma extensão de São Paulo, por oposição ao Paraná Velho do Litoral e ao Sudoeste colonizado por gaúchos e catarinenses. O Sudoeste é a última fronteira agrícola do estado, ao mesmo que se esgota a economia do mate e da madeira.

É a esse quadro que me refiro aqui, em linhas muito gerais, onde se constitui em necessidade alavancar um novo projeto para o estado, projeto este inserido nas grandes linhas teóricas, políticas e ideológicas que marcam o

Estado Nacional no período, que em conjunto se constituem no que se conhece por “desenvolvimentismo”.

O desenvolvimento, pensado pelos intelectuais e políticos ligados às novas forças sociais que emergiram no cenário político e econômico nacional, após os acontecimentos de 1930 e a redemocratização dos anos de 1940, torna-se objeto e razão do Estado Nacional. Os contextos regionais, as diferenças entre regiões expressas nos diferentes níveis de riqueza e de industrialização tornam-se centro das discussões e análises não só dos intelectuais e políticos, mas também dos agentes econômicos. É nesse conjunto de preocupações que se inaugura a Sociologia do Desenvolvimento no Brasil, como esforço teórico e analítico de entender o que os processos de industrialização e de constituição de uma classe trabalhadora urbana e de uma burguesia industriais representam em termos das novas relações de trabalho e da reorganização do espaço urbano de forma tipicamente capitalista. É nesse contexto também que se fazem os esforços de compreensão da nova posição do Brasil na divisão internacional do trabalho.

É nesse cenário que surgem os primeiros escritos sobre as relações Centro e Periferia. A partir desses esforços teórico-analíticos busca-se compreender o Brasil no contexto do desenvolvimento internacional. A relação Centro-Periferia coloca no horizonte a questão da nova ordem mundial. Os efeitos desse modelo interpretativo também são visíveis nos estudos da questão regional no Brasil. Ou seja, muito da produção intelectual feita nesse quadro de referência concebe São Paulo como o centro desenvolvido do País, em torno do qual se constitui uma periferia de regiões pobres e relativamente atrasadas, com uma indústria muito incipiente. Os estudos sobre o Paraná não ficam fora dessa tradição, dos quais o mais expressivo é o estudo de Padis (1970), que busca romper com as clássicas análises sobre a economia paranaense pela corrente historiográfica dominante no estudo do Paraná, representada até então por Brasil Pinheiro Machado, Westphalen, Balhana e Wachowicz.

Maria Helena Oliva Augusto, neste livro, busca entender o Paraná de um ângulo que não seja nem o das análises focadas nas formas tradicionais da economia e da sociedade paranaenses, nem o da Teoria da Dependência ou das relações Centro-Periferia. Seu objeto – tomado a partir da constituição da CODEPAR – é o desenvolvimento do Paraná a partir do projeto desenvolvimentista formulado por intelectuais, políticos e setores da burguesia (industrial e comercial) paranaenses nos anos de 1950.

Para tanto, o desenvolvimentismo como projeto para o estado, da mesma forma que nacionalmente, constitui-se em ideologia, que será veiculada e compartilhada não só pelos intelectuais – que muitas vezes, nesse caso, são os quadros técnicos do próprio estado –, mas pelos políticos paranaenses e por segmentos de classes cujos interesses estão representados no “aparelho de estado” – uso aqui este termo para me manter fiel ao referencial teórico da autora.

A associação entre os grandes produtores de café do Paraná, os comerciantes e os industriais com o desenvolvimentismo se faz dentro de um quadro de defesa de interesses diante da histórica situação do estado, que não se resolve com sua autonomia em 1853, em face do domínio de São Paulo e da ideologia paranista formulada nos anos de 1920.

O desenvolvimentismo – enquanto resultante de uma nova compreensão da questão do desenvolvimento e do atraso – vem orientar um conjunto de ações que visem integrar as diferentes regiões do estado formando uma unidade econômica e política. Desenvolver o Paraná segundo essa proposta significava fazer frente aos desafios econômicos, enfrentando a dominação de São Paulo e também transformar a economia paranaense assentada, naquele momento, sobre a produção de café do norte do estado numa economia industrial moderna. O estado entra em cena, então, como indutor do desenvolvimento, por um lado. Por outro lado, o desenvolvimentismo representava a possibilidade de criar as condições para a integração cultural e política de um Paraná ameaçado constantemente pela divisão territorial.

Para enfrentar essa discussão, Maria Helena, em primeiro lugar, retoma a produção histórica, econômica e sociológica sobre o Paraná; retoma as grandes discussões teóricas feitas no interior não só da Sociologia do Desenvolvimento, mas no quadro mais amplo das interpretações sobre o Brasil, principalmente sobre a relação centro-periferia, tal qual posta nas discussões a respeito da dependência. Nesse quadro ainda, a autora reafirma as teses da produção mercantil e da divisão inter-regional do trabalho, mostrando como o Paraná se insere nesse processo.

A produção industrial concentrada em São Paulo nessa época, cujo desenvolvimento foi financiado em parte com o capital cafeeiro, se beneficia também da cafeicultura do norte do Paraná, cuja exportação passa pelo porto de Santos. O norte do Paraná, como maior gerador de riquezas do estado, está voltado para São Paulo.

A fundação da CODEPAR, nesse contexto, é pensada por seus proponentes como mecanismo de financiar a atividade econômica buscando, para além do desenvolvimento industrial, integrar os cafeicultores do Norte na economia paranaense, evitando que boa parte da riqueza aí produzida fosse carreada por São Paulo. Ao apontar a articulação da economia paranaense com o centro dinâmico da economia brasileira – São Paulo industrializado –, a autora critica as interpretações então vigentes que consideravam o Paraná uma economia periférica.

Para a autora, o Paraná sempre esteve integrado à produção de mercadorias, seja abrigando as tropas para a mineração e a cafeicultura paulista, seja produzindo mate e madeira. Essa foi a posição do estado na divisão regional do trabalho e na produção mercantil. Esta posição criou fortunas não só locais. No âmbito das discussões sociológicas do período sobre a formação social brasileira, que embora capitalista, produzia mercadorias com formas de trabalho e relações não necessariamente típicas do capitalismo, redefine-se a Questão Regional. O Paraná



não é um caso à parte, como de resto os demais estados da federação. O projeto moderno no Brasil não se estabelece senão carregando em seu bojo as tensões e os dilemas de ser uma sociedade que se moderniza com base na grande lavoura e em um processo de industrialização e urbanização recentes.

Se a CODEPAR, mais tarde BADEP, começa a ser gestada nos anos de 1950 com a PLADEP, ela não é senão o resultado de um esforço no interior do próprio estado (ou aparelho de estado, como se refere a autora) para construir um Paraná moderno – leia-se industrializado. É sobre as forças políticas e econômicas e sua participação contraditória e tensa, através dos partidos políticos, das organizações de classe, dos técnicos e intelectuais do período, que este livro se debruça. Nada é simples em sua exposição, nenhuma afirmação se faz sem o dado que a comprove, embora sua leitura seja por demais agradável.

Qualquer palavra que se diga sobre o livro de Maria Helena Oliva Augusto é insuficiente para demonstrar sua importância para os estudos sociológicos da ideologia desenvolvimentista. Talvez a única palavra que nos dê um pouco da dimensão e da importância deste livro seja a de que é um clássico da sociologia do desenvolvimento, e por que não, da sociologia política.

Assim, diante de um texto de tal ordem não nos resta muito a fazer senão mantê-lo sempre à mão, disponível para aqueles que buscam saber mais sobre os tempos vividos, os tempos que estamos vivendo e viveremos. Republicar este texto há muito tempo esgotado, é uma obrigação que temos não com o Paraná somente, mas com a sociologia brasileira e com as novas gerações de cientistas sociais, quer pela forma rigorosa e precisa como a autora tece sua análise, quer como trata o material sobre o tema do Desenvolvimentismo, tal qual levado a efeito no Paraná dos anos de 1950 e que se consolida com a criação da CODEPAR nos anos de 1960 e, posteriormente, com sua transformação em BADEP. É a trajetória dessa proposta que se reconstitui com o máximo rigor sociológico nesse texto.

Mais do que um livro sobre o passado, é um livro sobre o futuro da formação social brasileira e, nesse sentido, como todo o clássico, é um livro fundamental para o cientista social envolvido nas tarefas da compreensão crítica da sociedade brasileira. Um texto como poucos, um daqueles textos que permanecem no pequeno rol das grandes monografias sobre o Brasil.

Afinal, não quero deixar passar em branco a sensibilidade da Editora UFPR e de seus diretores, Gilberto de Castro e Suzete de Paula Bornatto, no sentido de viabilizar a segunda edição deste livro, que como eu disse, é um livro fundamental para a sociologia e as novas gerações de Cientistas Sociais. A eles nosso reconhecimento e profundo agradecimento.

José Miguel Rasia  
Prof. Titular de Sociologia – UFPR

# SUMÁRIO

---

A autora / 11

Introdução / 13

I

---

Desigualdades Regionais e Desenvolvimentismo / 19

II

---

Formulação do Projeto de Desenvolvimento Paranaense / 39

III

---

A implementação do projeto: as alterações necessárias / 89

Conclusões / 203

Referências / 213

Notas / 221



# A autora

Paulista nascida na Cidade de Botucatu, Maria Helena Oliva Augusto formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Prosseguiu seus estudos pós-graduados na Universidade de São Paulo onde atualmente\* leciona e pesquisa no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

\* O texto da edição de 1978 foi mantido integralmente nesta, sem quaisquer alterações para além de uma atualização ortográfica, logo, todas as informações e referências temporais dizem respeito à época da publicação da primeira edição.



# Introdução

A análise desenvolvida neste trabalho tem como tema central as relações entre o intervencionismo estatal e a ideologia desenvolvimentista. Na medida em que diferentes momentos do processo de expansão capitalista no Brasil requereram e comportaram conteúdos diversos da intervenção estatal, o objetivo da investigação era perceber de que forma tais conteúdos estavam articulados à(s) ideologia(s) de desenvolvimento dominante(s) em cada um desses momentos. A modificação dos padrões de realização capitalista no Brasil motivou a passagem de uma perspectiva desenvolvimentista em que a ideia do capitalismo “autônomo” se fazia presente para outro enfoque, também desenvolvimentista, mas agora fundado na “associação” aos centros hegemônicos do capitalismo internacional. O que se propunha, então, era analisar os diferentes sentidos assumidos pela intervenção estatal em cada um desses momentos: quando da dominância da ideologia nacional-desenvolvimentista e, posteriormente, quando assumiu a dominância a ideologia desenvolvimentista “associacionista”.

O tema é enfocado através de um estudo do caso. Havia sido elaborado no Estado do Paraná, no âmbito do ramo Executivo do aparelho estatal, um projeto de desenvolvimento tentando repetir localmente o processo que se verificava nacionalmente. Isto é, buscava-se a industrialização interna via substituição de importações, tomando como referência a evasão da renda estadual provinda, ao mesmo tempo, de sua especialização agrícola (a monocultura cafeeira) e da importação de produtos manufaturados dos Estados industrializados, principalmente de São Paulo. Com o objetivo de proceder à realização de tal projeto, criou-se, em 1962, a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), sociedade de economia mista em que o Estado era acionista altamente majoritário. Esse elemento, a participação ativa do aparelho estatal na montagem e operacionalização do projeto, aliado à forma com que se pretendia levar avante o desenvolvimento estadual, conduziu à eleição da CODEPAR como o caso a ser investigado. Tratava-se da “atualização”, para o Paraná da ideologia desenvolvimentista dominante em termos nacionais.

Assim, através da análise das condições que conduziram à criação da Companhia, do tipo de atuação por ela desenvolvida e das modificações que se impuseram ao projeto de desenvolvimento original, redefinindo-o em função das transformações que se processavam a nível nacional, foi possível a apreensão de

formas diferenciadas da intervenção estatal que se tornavam visíveis, inclusive, com a transformação da Companhia de Desenvolvimento (CODEPAR) em Banco de Desenvolvimento (BADEP), fato que ocorreu em 1968. Quanto às transformações do projeto inicial, foi possível a apreensão da emergência de um novo projeto no qual a ênfase substitutiva de importações, o privilegiamento do capital “estadual” e dos pequenos e médios empreendimentos foi deslocada pela ênfase à complementaridade ao “polo” nacional, ao privilegiamento do grande capital, de qualquer origem. Elemento importante a conduzir a análise foi a constatação de que, não obstante se patenteasse a mudança na ideologia desenvolvimentista condutora da ação do organismo, permanecia como tema e expectativa o desenvolvimento paranaense.

Alguns problemas surgiram no decorrer da investigação. Um deles dizia respeito ao período a ser analisado. Visto ter a criação da CODEPAR ocorrido em 1962 e considerando sua íntima vinculação com um plano do governo estadual, instalado em 1961; percebida a conexão existente entre a mudança verificada na maneira de considerar o desenvolvimento estadual e a intensificação da centralização administrativa, em âmbito nacional, a partir de 1964; considerando ainda que a transformação da Companhia em Banco de Desenvolvimento, verificada em 1968, coincidiu com a necessidade de explicitar um “novo” papel a ser desempenhado pelo Paraná no referente à economia “nacional”, optou-se por restringir o tempo cronológico da pesquisa à década de 60 utilizando-se de períodos anteriores, quando necessário, para a explicitação do que se desejava considerar.

Um outro problema tinha como referência a vinculação emocional do investigador ao objeto de seu trabalho. O “caso do Paraná” era-me de grande interesse já que estivera profundamente envolvida com o aludido projeto de desenvolvimento. Assim, algumas dificuldades surgiram para o entendimento do papel a ser desempenhado pela CODEPAR e de sua função no quadro da investigação proposta. Explicando: os poucos trabalhos preocupados em analisar a situação do Estado do Paraná, sua posição no interior do Estado Nacional, têm como ponto de partida a premissa de sua situação periférica em relação a São Paulo. Tanto no que respeita à visão que os paranaenses têm de seu Estado – está-se referindo, principalmente, aos trabalhos e técnicos consultados sobre o período de interesse, a década de sessenta – quanto ao único trabalho acadêmico que toma o Estado paranaense como objeto de investigação – de Pedro Calil Padis, *Formação de uma Economia Periférica: o Caso do Paraná*. Obviamente, tanto uns quanto o outro pretendem diagnosticar as causas dessa situação apontando, ao mesmo tempo, formas ou estratégias de superação. Aliás, neste aspecto, não é outra a origem do projeto desenvolvimentista. Vinculada ao Paraná, defrontei-me, de imediato, com a perspectiva estabelecida. A ideia de estudar a CODEPAR, seu papel no processo de desenvolvimento do Estado, encontrou como primeira via (viés)

de análise a identificação de sua total inoperância pela não realização do proposto, ou seja, das expectativas contidas na formulação do projeto de desenvolvimento. Assim, o projeto paranaense tinha tido sua falência decretada de início, em virtude da tentativa de substituição de importações que propunha para o Paraná.

Num determinado momento da pesquisa ocorreu-me, entretanto, a percepção de que havia aderido ao referido projeto que teve como uma das principais vias de explicitação a criação da CODEPAR, adesão que se manifestava pela internalização da ideologia presente na *intenção explícita* dos agentes considerados. Essa percepção possibilitou a mudança nos rumos da investigação. Tratava-se de não pensar isoladamente o desenvolvimento do Paraná, tentando perceber e analisar os caminhos do desenvolvimento capitalista no Brasil. O problema não era identificar *se e porquê* o Paraná se constitui em satélite do “polo” nacional, pensados ambos, satélite e “polo”, em termos de unidades político-administrativas. Muito mais, o que importava era verificar como se dá a incorporação de novas áreas e como se processa a acumulação à medida em que se expande o capitalismo “nacional”. Tratava-se, então, de perceber o Paraná como frente de expansão do “polo” dinâmico capitalista e de como essa característica traduziu-se no projeto paranaense. Ao mesmo tempo, a constatação empírica de uma maior racionalização do aparelho estatal, pensada enquanto adequação da estrutura administrativa à racionalidade capitalista e, também, a confirmação de que a existência da Companhia contribuiu para uma maior capitalização no âmbito do Estado, possibilitou a afirmação de que a disfuncionalidade da atuação da CODEPAR em relação ao projeto, o fato de não tê-lo efetivado, aponta para a integração cada vez maior da formação capitalista brasileira. A “falência” do projeto é a indicação do sentido cada vez mais centralizado que o desenvolvimento capitalista assumiu no Brasil.

Foi essa a direção assumida pela análise da qual a exposição de resultados teve a seguinte disposição de capítulos. Expôs-se, primeiramente, num capítulo introdutório, as condições que permitiram a emergência de tentativas localizadas de desenvolvimento. Há um descompasso visível entre o sentido assumido pelo processo de expansão capitalista, caracterizado pelo desenvolvimento desigual e por desequilíbrios regionais, e a ideologia desenvolvimentista que se orientava em sentido oposto, isto é, estava permeada pela ideia de um desenvolvimento igualitário e pela crença na possibilidade da intervenção estatal conduzir a uma homogeneização entre as diversas regiões brasileiras ou, pelo menos, a uma atenuação dos desequilíbrios existentes. A divisão político-administrativa em Estados viabilizou o surgimento de projetos localizados, regionais ou estaduais, cujo fundamento consistia em modificar a direção em que se efetivava o processo. À medida que o projeto desenvolvimentista tomava como premissa a homogeneização de um espaço nacional, unitário, encontrava como contrapartida, pela própria adequação dessa premissa, projetos regionais e/ou estaduais que diziam respeito



não à necessidade da expansão capitalista, isto é, não visavam a resolução de problemas econômicos mas, antes, tinham principalmente caráter político.

Procurou-se, no segundo capítulo, mostrar de que forma a elaboração do projeto de desenvolvimento paranaense e a criação da CODEPAR – elemento mais claramente explicitador desse projeto – continham premissas intimamente vinculadas à ideologia nacional-desenvolvimentista e como a atuação prescrita para a CODEPAR obedecia a essas diretrizes. Ao mesmo tempo, descartou-se como não significativa a ideia de um Paraná “periférico”, ponto constante nas análises que se desenvolviam para o Estado e dado importante na formulação do projeto de desenvolvimento, utilizando-se esse elemento apenas como caracterizador da ideologia explícita na montagem da proposta. Também, vinculou-se o surgimento do projeto desenvolvimentista à recomposição que se verificou na política estadual com a incorporação dos interesses da “cafeicultura”.

O terceiro capítulo contém uma exposição detalhada dos vários momentos de existência do organismo, com as modificações progressivas que se foram impondo à sua organização e orientação. Nele comparou-se, através da análise da atuação desenvolvida pela Companhia e, posteriormente, pelo BADEP, a distância existente entre a formulação inicial e a emergência de um novo projeto, ainda estadual, tentando demonstrar como essa redefinição vinculava-se às modificações impressas ao desenvolvimento capitalista “nacional”.

Finalmente, três questões emergiram de todo o trabalho realizado: uma, dizendo respeito às relações entre a intervenção estatal e o desenvolvimento capitalista; outra, relativa à situação da CODEPAR no âmbito do aparelho estatal – a atuação, predominante num primeiro momento, como e enquanto órgão do ramo Executivo do aparelho de Estado e, num segundo momento, a predominância dessa atuação como e enquanto empresa estatal; ainda, um problema que se coloca para posteriores investigações, dizendo respeito à realização do Estado Nacional em cada uma das unidades estaduais, vinculado à discussão da distribuição do poder no âmbito de uma formação social.

Este trabalho foi apresentado como Dissertação para a obtenção do grau de Mestre junto ao Departamento de Ciências Sociais (Sociologia) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A Banca Examinadora foi constituída pelos professores Luiz Pereira, Heleieth Saffioti e Leôncio Martins Rodrigues Neto, aos quais agradeço nesta oportunidade pela leitura atenta que dela fizeram e pela forma amigável com que conduziram suas observações, transformando num diálogo informal e gratificante, uma situação por princípio tensa.

Algumas pessoas tiveram importância fundamental para que a investigação chegasse a termo. As dificuldades para sua realização foram muitíssimo amenizadas pela colaboração e incentivo de amigos e colegas, nas formas as mais variadas.

Não poderia, neste momento, deixar de me referir a Marialice Foracchi, de quem a amizade e o apoio foram elementos decisivos na conquista que a vinda para São Paulo representava para mim e de quem o estímulo intelectual e a cooperação foram importantíssimos não apenas na atividade docente inicial, mas também no encaminhamento do projeto de pesquisa.

A referência a Octavio Ianni encaminha-se no mesmo sentido. Enquanto sua aluna no curso de pós-graduação e após seu injusto e lamentável afastamento do corpo docente da Universidade de São Paulo, as discussões mantidas sobre temas de interesse comum e sobre a pesquisa então no início foram-me de grande valia.

Leôncio Martins Rodrigues Neto foi dos primeiros a crer em minhas possibilidades, indicando-me e envidando esforços para a minha contratação junto ao Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), anexo à antiga Cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Esta publicação representa para mim uma resposta a essa confiança.

Irene, Maria Célia e Ruben Cesar foram companheiros desde o início. A discussão de temas e perspectivas de trabalho, o compartilhamento de experiências e dificuldades, o diálogo amigo, revelaram-se elementos substantivos para a realização da tese. Da mesma forma, a expectativa confiante de Martins e o incentivo contínuo de Helô, Heloisa, Jessita e Sedi, com os quais tive a oportunidade de compartilhar uma experiência de trabalho docente sempre muito estimulante. Também Walquíria, Rubem Murilo, Niuvenius, Maria Rita, Marcília, Elyane, Yara e Paulo Sérgio, coparticiparam de várias maneiras da feitura e das agruras deste primeiro trabalho. Deocleciano B. Alves representou auxílio importante na superação de dificuldades que ocorreram durante sua realização.

Ao pessoal de Curitiba, alguns agradecimentos especiais. A José Roberto sou grata pela dedicação que demonstrou no trabalho mal remunerado de consulta aos periódicos paranaenses em busca de notícias sobre o objeto da pesquisa. A Mário Mata, pelo empenho em fazer chegar-me às mãos uma publicação muito importante para a demonstração de uma ideia central do trabalho. Cezar Fayet foi incansável; aproximando-me das pessoas que seriam entrevistadas, às quais também sou reconhecida pela disposição de comigo compartilharem sua experiência relativa à CODEPAR. Bolivar Wood, além de fornecer-me valiosas informações, cedeu-me documentos importantes aos quais não teria acesso sem a sua cooperação. Everlindo foi extremamente disponível na cessão de alguns dados fundamentais para o resultado final, bem como na discussão de aspectos importantes da análise. Agradeço a Magalhães a oportunidade de vários contatos, bastante frutíferos, que tiveram importância decisiva na orientação que acabou prevalecendo.

Agradeço ainda ao professor Azis Simão, chefe do Departamento de Ciências Sociais, pela cooperação manifesta em diversas oportunidades durante o período em que este trabalho foi realizado. A Douglas Teixeira Monteiro, a oportunidade

de discussão sobre alguns aspectos do norte paranaense, bem como a gentileza em ceder-me os originais de seu trabalho sobre o tema. A Braz José Araújo, pelo interesse demonstrado tanto na discussão de um esboço preliminar, apresentado como Relatório de Qualificação para Mestrado, do qual foi um dos examinadores, como pelo empenho na publicação desta monografia, uma vez concluída. A Zarine Galvão Carneiro, a paciência e a dedicação na datilografia dos originais e a Maria de Lourdes Oliva Dorsa, a revisão cuidadosa dos mesmos que levou a efeito.

Sou extremamente grata a Luiz Pereira pela seriedade e simpatia com que acompanhou o parto difícil da orientanda “rebelde”. Como aluna e como colega de trabalho só pude beneficiar-me de seu extremo rigor, de sua capacidade crítica e, sobretudo, do espírito aberto com que encara o processo de desenvolvimento intelectual ao reconhecer a inexistência de conclusões e opções teóricas definitivas. Além desse reconhecimento, foi uma descoberta significativa a de que, no final, encontrava não mais o orientador atemorizante, mas o amigo.

O apoio afetivo e a dedicação de Marina e Oliva foram fundamentais para que existisse à própria possibilidade de emergência deste projeto. Ao mesmo tempo, reconheço que sem o seu desempenho de avós, dificilmente ele seria realizado.

Dídio, além da participação direta no encaminhamento da pesquisa, da coleta de dados à discussão das ideias centrais, foi o primeiro leitor do texto e possibilitou enriquecê-lo com sugestões valiosas. A ele, companheiro de todas as horas – apoio, crítica e incentivo – dedico este trabalho.

São Paulo, 1977.